

# Expurgo também no INPC

Deve ser 1,5 ponto percentual em junho e de 1 em julho, achatando os reajustes de agosto e setembro.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) válido para os reajustes salariais dos próximos meses de agosto e setembro já estará expurgado. Essa informação foi dada ontem ao deputado Nelson Marchezan, líder do PDS, pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, segundo quem o INPC sofrerá um expurgo de 1,5 ponto percentual em junho e outro de um ponto percentual em julho — o que significa redução nos reajustes de agosto e setembro.

Marchezan ouviu do ministro do Planejamento a informação de que o expurgo do INPC será menor que o da correção monetária e cambial, os quais deverão situar-se em torno de quatro pontos percentuais abaixo do previsto. Delfim Neto disse que a decisão de expurgar o INPC em duas etapas atendeu às reivindicações das bancadas do PDS e do PTB no Congresso e que o governo resolveu antecipar para junho a adoção da medida prevista apenas para julho para que seus efeitos sobre a inflação sejam imediatos, até mesmo no que se refere aos salários.

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, informou ontem que o Conselho Nacional de Política Salarial será amplamente reformulado para cumprir as exigências do decreto das estatais.

Ele observou, ainda, que o trabalho do Conselho será "maior ainda" se a emenda Jutahy Magalhães — que estabelece também novas normas para os reajustes salariais das estatais — for aprovada, "já que teremos de encontrar nova fórmula de reajuste para esses trabalhadores".

A emenda do senador bônico Jutahy Magalhães ao projeto de lei que altera a CLT, resultante do acordo PTB-PDS, não trata apenas da livre negociação dos salários entre trabalhadores e empregadores, mas estabelece também que os reajustes ou aumentos coletivos de salários das empresas estatais serão concedidos mediante resoluções do CNPS. Na prática, a emenda extinguirá os reajustes automáticos semestrais, previstos na lei salarial, para os trabalhadores das estatais.

Murilo Macedo esclareceu, ainda, que o poder de negociação dos sindicatos de trabalhadores em empresas estatais não será enfraquecido pelo CNPS. "Nós continuaremos a ouvir os dirigentes sindicais, como fazemos hoje, só que com uma conotação mais abrangente, já que o CNPS regulará toda a curva salarial dessas empresas e terá de aprovar seus planos e cargos dois meses antes da data-base de cada categoria."